ATA N.º 40/2020

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2020

Aos quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Peniche, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: --------
---------- 1.º - Ordem do dia: ----------
---------- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística: ----------
---------- Ponto único - Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; ----------
---------- 2.º - Aprovação da minuta da ata. ----------
A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e dez minutos, encontrando-se na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. ----------
O senhor Vereador Mark Ministro não participou na reunião. ----------
Estiveram presentes os senhores: Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Paula Lavado, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, e Alexandra Tormenta, Técnica Superior de Urbanismo da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante toda a reunião. Esteve também presente o Chefe de Gabinete, Rui Vargas. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal: ----------

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) ***Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:*** ----------
Deliberação n.º 1120/2020: Relativamente a este assunto usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: ----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:
- Começou por dar conta que esperava ter os trabalhos mais adiantados, nomeadamente a análise dos pareceres das entidades, que ainda estão a ser avaliados. Informou que, com a direção da Chefe de Divisão Paula Lavado em colaboração com o Gabinete de Atividades Económicas, se estava a aprofundar a parte das atividades económicas. ----------
- Informou que porque se aguardava o parecer da CCDR se condicionaram as avaliações e o que poderiam ser as propostas a apresentar, particularmente na parte da agricultura. ----------
- Comunicou que a Associação de Agricultores confirmou a realização da reunião, que se previa concretizar na semana seguinte. ----------
- Transmitiu que haverá uma reunião interna, para se ter em conta os contributos da passada sexta-feira na Comissão de Acompanhamento do PDM. Afirmou que depois daqueles trabalhos realizar-se-á uma outra reunião, na semana seguinte, para procurar ultimar a proposta de regulamento e os contributos apresentados. Informou que, posteriormente, se poderia fazer mais uma reunião

extraordinária para ultimar o que se conseguisse em termos de Executivo Municipal, e que estariam presentes o professor Jorge Carvalho e o arquiteto Gil, presencialmente ou por videoconferência.-
- Referiu que se pretendia clarificar os contributos apresentados pelos senhores Vereadores, para esclarecer e perceber se a avaliação que tinha sido feita estava correta. Afirmou, ainda, que pretendia que os senhores Vereadores pudessem analisar, naquela ou numa próxima reunião, os contributos recolhidos. ----------
- Solicitou ao Dr. Rui Vargas que procedesse à apresentação do trabalho de recolha e avaliação dos contributos dos senhores Vereadores.----------

Chefe de Gabinete, Rui Vargas:
- Afirmou que o senhor Presidente apresentou a metodologia e passou a explicar o código de cores utilizado na sua apresentação. Explanou que a reunião de trabalho seria dividida em três pontos, naquela primeira parte faria a apresentação e a discussão das propostas apresentadas, na segunda parte a discussão dos pareceres emitidos pelas entidades e depois haveria uma terceira parte dedicada aos conteúdos e decisões.----------

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:
- Questionou se podia colocar uma pergunta prévia e afirmou que, como era do conhecimento de todos, estavam perante um plano que tem levantado imensas questões. ----------
- Declarou que aquele seria o plano mais estrutural do ponto de vista do município, mas que tinha havido contestações relativamente à sua elaboração, às suas propostas e que havia até um parecer de um gabinete de advogados, que disse ter em sua posse, relativamente ao Plano Diretor Municipal de Peniche e ao seu regulamento. ----------
- Afirmou que aquele processo devia ser bem feito para que não houvesse problemas, porque podiam estar ali a perder tempo. ----------
- Deu conta que viu que se marcou a reunião extraordinária com o objetivo de trabalhar o Plano Diretor Municipal e que esperava saber a metodologia, mas que já na passada sexta-feira, na reunião da Comissão Local de Acompanhamento foi levantada uma questão que ele próprio levantou anteriormente. Referiu que a questão tinha a ver com o artigo 76º da elaboração do plano, da Lei dos Instrumentos de Gestão Territorial, que passou a ler *"a elaboração do plano é determinada por deliberação da Câmara Municipal a qual estabelece o os prazos de realização e o período de participação sendo publicado no Diário de República e divulgado através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da internet da Câmara Municipal"* e que, mais à frente dizia, e passou a ler *"o prazo de elaboração dos Planos Municipais pode ser prorrogado uma única vez por um período igual ao previamente estabelecido"* e que no número sete dizia, e passou a ler *"o não cumprimento dos prazos estabelecidos determina a caducidade do procedimento"*. Referiu que para além de, eventualmente, o procedimento estar caducado, não tinha ideia que tivesse havido, no âmbito daquela Câmara, daquele Executivo, a renovação do prazo em 2018. ----------
- Referiu que a sua segunda questão tinha a ver com o artigo 89º que determinava a discussão pública, que no ponto sete dizia, e passou a ler *"são obrigatoriamente públicas todas as reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer Plano Municipal"*. Perguntou se o trabalho daquele dia, naquela reunião extraordinária que não era pública, estaria ou não em conformidade com a lei. Questionou sobre o que se poderia fazer e falar naquela reunião, porque se se estava a falar da elaboração do Plano Diretor Municipal, inquirindo se estaria a contrariar o que se encontrava estabelecido na lei. ----------
- Referiu que havia uma outra questão que era o direito à informação e à participação que a lei estabelecia e o direito de qualquer pessoa ter acesso aos documentos de elaboração do Plano Diretor Municipal, fosse em que estado eles estivessem, mas que no sítio da internet da Câmara Municipal não se encontrava lá nada, a não ser o relatório da avaliação e fundamentação da

execução que foi deliberado em 2012, o aviso do início do processo de revisão e a ficha de participação pública preventiva. ----------
- Chamou a atenção para estas questões porque disse conhecer a intenção das pessoas lá fora. Afiançou que não se gastava dinheiro num pedido de parecer a um gabinete de advogados, com vinte e cinco páginas, onde tudo isto aparecia à toa, levando a crer que poderá haver consequências. Considerou que lhe parecia que se devia atalhar caminho e fazer as coisas bem feitas, mas que continuava a achar que se estavam a fazer as coisas mal feitas. Disse que, na sua opinião, não se estava no caminho de corrigir o que foi feito mal até ali, mas a trilhar o caminho errado. ----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:
- Afirmou que se os senhores Vereadores entendessem que não havia condições para trabalhar e que se havia esse desconforto a reunião terminaria ali. ----------
- Sugeriu que se solicitasse de imediato um parecer à Dr.ª Fernanda Paula Oliveira sobre a situação apresentada pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves. Referiu que se tal acontecesse levaria a grande maioria das revisões do PDM do país a voltar à estaca zero.
- Esclareceu que o se que pretendia naquela reunião era que se elucidasse tudo o havia a clarificar, para que o ficasse em suspenso fosse clarificado por quem de direito e qualificado para isso. -----
- Declarou saber que muitos gostariam que aquele processo do PDM não fosse pacífico e considerou que as situações que foram aparecendo foram uma dificuldade acrescida. ----------
- Referiu que as situações criadas nos últimos meses não tinham ajudado, em nada, à discussão do processo. ----------
- Manifestou a sua vontade para esclarecer e contribuir para a clarificação de um conjunto de situações, para depois se avançar para outras questões e enriquecer o processo. ----------
- Afirmou que havendo a existência de tal constrangimento gostaria de ouvir a opinião dos senhores Vereadores. ----------

Senhora Vereadora Cristina Leitão:
- Considerou que a questão levantada pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves como ponto prévio lhe pareceu bastante adequada. ----------
- Afirmou que também esteve presente na reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM e que também ficou por ouvir o professor Jorge Carvalho nas questões da caducidade, porque ele não fez referência a isso. Admitiu que o não ter feito referência a deixou com a plena convicção de que o procedimento estava caducado e que oferecia perguntar o que se poderá fazer para alterar aquilo, o que se poderá fazer para pôr a revisão no bom caminho, afirmando que o que terá de se fazer terá de ser feito no imediato. ----------
- Referiu que julgava haver o parecer da Dr.ª Fernanda Paula Oliveira e que naquela reunião lhes seria dada uma resposta para a questão da caducidade, tendo em conta que o senhor Vereador Jorge Gonçalves colocou aquela questão há mais de um mês. ----------
- Relativamente ao artigo 89º confessou que não sabia que as reuniões da elaboração também tinham de ser públicas, porque julgava que só se aplicava às reuniões em que se faziam as deliberações, mas que talvez tivesse sido alterado com a alteração do regime em 2015.
- Mencionou que também tinha referido o défice de informação no site e que membros da sua bancada na Assembleia Municipal sugeriram a criação de uma plataforma de mais fácil acesso. -
- Considerou que primeiro era importante saber respostas porque terá de se cumprir o regime jurídico e as normas nele definidas para depois então se avançar com a discussão mais concreta dos conteúdos. ----------

Senhor Vereador Rogério Cação:
- Considerou pertinentes as observações do senhor Vereador Jorge Gonçalves, mas afiançou que estava presente para participar numa discussão que não tinha de ser decisória, mas esclarecedora

em matérias relacionadas com o PDM. Afirmou que a leitura que fazia da lei era que as reuniões decisórias teriam de ser públicas, pelo que não via impedimento em que fizessem reuniões de trabalho até para se ir limando algumas arestas. ----------
- Manifestou a sua concordância com a necessidade de se corrigir o processo no sentido de se passar a fazer as coisas nos termos da lei, mas que sobre a reunião em causa não lhe parecia que se estivessem a ferir qualquer preceito legal por se tratar de uma reunião de trabalho sobre o PDM e que, desse ponto de vista, da sua parte, estaria disponível para participar na sessão de trabalho. Afirmou, ainda, que se não fosse esse o entendimento estaria recetível à opinião da maioria.------

Senhora Vereadora Cristina Leitão:
- Afirmou não ter referido, mas que estava ali para participar na reunião, mas que uma vez que se estava a fazer aquele ponto prévio o importante é que se desse rapidamente uma resposta às questões levantadas. ----------

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:
- Manifestou a sua disponibilidade para participar na reunião, mas afirmou que não concordava com o senhor Vereador Rogério Cação, que dizia que aquela se tratava de uma reunião de trabalho. Chamou a atenção de que se tratava de uma reunião extraordinária da Câmara Municipal com a formalidade de ter sido convocada ao abrigo de preceitos da lei. ----------
- Informou que tinha o parecer de um gabinete de advogados pedido por alguém ao qual teve acesso que dizia que todas as reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer Plano Municipal, não é só o PDM, teriam de ser obrigatoriamente públicas, para que estes instrumentos com efeitos sobre os particulares não fossem atos escondidos e fossem feitos à frente de toda a gente. ----------
- Declarou que colocou questões prévias para obter respostas. ----------
- Afirmou que havia colocado a questão da caducidade do procedimento há um mês e que ninguém quis responder, que naquela reunião colocou a pergunta da renovação do período de tempo que tinha sido determinado para a elaboração do PDM, o que se relacionava com este Executivo, e que também ainda ninguém tinha querido responder. Referiu que eram questões prévias para se obter respostas para se poder corrigir o que estava mal, sob pena de qualquer pessoa, como dizia o artigo 7º da Lei dos Instrumentos de Gestão Territorial, e passou a ler *"no âmbito dos programas e dos planos estabelecidos são conhecidos aos interessados as garantias gerais dos administrados previstas no Código do Procedimento Administrativo e no Regime de Participação de Procedimental, nomeadamente: a) o direito à ação popular, o direito de apresentação de queixa ao Provedor de Justiça, o direito de apresentação de queixa ao Ministério Público"*. ----------
- Afirmou que teria, ainda, de se ver os artigos 161º e 163º dos atos nulos e dos atos anuláveis, porque poderia ser tudo nulo. ----------
- Manifestou a pretensão de obter informação de alguém que percebesse daquela matéria de direito do urbanismo e que dissesse que na realidade o caminho tinha sido mal conduzido e indicasse qual a forma de regressar ao caminho certo. ----------
- Concordou que era importante que o PDM fosse discutido e aprovado, mas afirmou que também era importante que a Câmara estivesse salvaguardada e não estivesse numa posição fragilizada perante o que se conhecia do ponto de vista público, que qualquer pessoa fizesse aquilo de ir ao Ministério Público queixar-se e depois ia tudo para o lixo nessa altura. Considerou ser preferível atalhar e obter respostas para aquelas questões no imediato, mas também manifestou a sua disponibilidade para conversar e trabalhar naquela matéria. ----------
- Referiu que tinham e deviam conversar, mas que também tinham a obrigação de cumprir a lei e não é impossível conversar cumprindo a lei. Afirmou que gostava de ter respostas aos alertas que deixou porque mais tarde, eventualmente, a Câmara iria pagar a fatura. ----------

Senhor Vereador Rogério Cação:
- Afirmou que sobre aquela matéria, não sendo especialista, era um defensor intransigente de tudo o que fosse mecanismos de transparência e de participação. Mencionou que foi referido que poderia ser tudo nulo e questionou o que seria nulo afinal se a reunião não era nem podia ser decisória. Declarou não ver o que se estaria a ferir, admitindo que pudesse haver outras leituras. Mostrou-se disponível para vir reunir noutro dia em que se cumprissem os preceitos, informou que não tinha o parecer que o senhor Vereador Jorge Gonçalves aludiu porque o mesmo não foi partilhado, mas admitiu que nele pudesse constar informação importante. Declarou que respeitará a opinião da maioria, que estava disponível para trabalhar naquele dia, mas que se não há o conforto que é preciso para discutir e trabalhar as questões com a profundidade que elas merecem mais valia adiar. Mencionou que, ainda que houvesse a necessidade de se ir esclarecendo algumas questões e dúvidas, que não sendo aquele o procedimento correto não queria estar a patrocinar procedimentos incorretos.----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino
- Considerou que o desconforto estava instalado e que estar a trabalhar para depois ser um trabalho nulo ou sem efeito não seria aceitável. Afirmou que há muito a discutir e a trabalhar, mas propôs que a sessão terminasse por ali e se pedisse de imediato um parecer, sem prejuízo de que os senhores Vereadores pudessem partilhar do trabalho que foi feito, para depois numa outra reunião, quando tudo estivesse esclarecido, pudesse então ser discutido.
- Considerou que, face ao que se passou, terminar a reunião seria a decisão mais sensata, porque em seu entender, as condições não estariam reunidas para se continuar. ----------

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:
- Referiu que não estava indisponível para que o trabalho fosse apresentado e distribuído porque já se fez isso anteriormente noutras reuniões, sem se acautelar a questão do público, exemplificando com a reunião do passado dia 12 de outubro, onde se fizeram propostas de alteração aos artigos 49º, 50º e 51º do regulamento. ----------
- Esclareceu que o que colocou em questão foi a necessidade de, dali em diante, tivessem respostas para se corrigirem os procedimentos errados, que em seu entender são vários, não inviabilizando que o trabalho feito para aquela reunião não pudesse ser apresentado e distribuído, sem que a reunião terminasse ali, apenas seria preciso corrigir o procedimento para o futuro. ----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:
- Afirmou que não sabia se existiam ou não procedimentos errados, mas havendo esse pressuposto e o pressuposto de que a reunião estará a ser realizada ilegalmente por não ser pública, declarando que não entendia a lei daquela forma porque, tal como afirmou o senhor Vereador Rogério Cação, não se tratava de uma reunião onde se tomariam decisões. Acrescentou que estar numa reunião naquelas condições, com a suspeita se poderão ou não estar a trabalhar assim, fez com que perdesse toda e qualquer motivação para o debate e para a discussão e que não valerá a pena continuar naquela situação. Declarou que o que considerava normal era sair dali e solicitar de imediato os pareceres e pedidos de esclarecimento à senhora Dr.ª Fernanda Paula Oliveira em relação à caducidade do processo e das reuniões terem de ser todas públicas e que depois assim que houver condições voltariam a reunir. Garantiu que se vai continuar a trabalhar, a não ser que digam que está caducado e nesse caso abre-se outro processo. Transmitiu que, na sua opinião, não valia a pena continuar naquela situação. ----------

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:
- Afirmou que o senhor Presidente ficava mais descansado se ninguém levantasse questões, concluindo que estavam impedidos de levantar questões e afirmou que levantou questões às quais

queria resposta e que quem fez a convocatória é que tem de acautelar a legalidade da convocatória e que essa responsabilidade é do senhor Presidente. ----------
- Referiu que colocou questões para as quais queria uma resposta, mas que sabia que às questões que colocou não teria resposta no imediato porque o senhor Presidente não é jurista. ----------
- Afirmou que se o senhor Presidente não quiser continuar a reunião de trabalho a responsabilidade é apenas do senhor Presidente porque ninguém colocou em causa que a reunião não pudesse continuar e que independentemente das questões que levantou que achava que a reunião podia continuar.----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:
- Afirmou que a forma como as questões foram colocadas parecia que tudo era ilegal, que fugia de apresentar as informações propositadamente, que era o maior antidemocrata que existia e que pontualmente eram colocadas em causa questões de legalidade. Perguntou se considerava que se tivesse algum incómodo ou achasse que a reunião estava ferida de validade que a teria convocado.
- Referiu que depois de a convocar, e depois da insistência que, confessou que talvez não tivesse valorizado muito o que eventualmente se traduziu num erro, sentia-se na obrigação de agir no imediato e que a partir do momento em que era dito que tudo poderia ir para o lixo por se tratar de uma nulidade considerava que seria uma falta de bom senso continuar a teimar na realização daquela reunião. ----------
- Informou que vai solicitar o parecer, que será só mais uma dificuldade, que quando houver respostas as comunicará aos senhores Vereadores e se decidirá em conformidade, até porque não fazia sentido estarem ali a discutir e a debater um procedimento que afinal depois se conclui estar caducado ou que se trata de um ato nulo. ----------
- Manifestou o seu incómodo e considerou não existirem condições para se continuar o trabalho.
- Declarou que o senhor Vereador Jorge Goncalves, como qualquer outro naquelas funções, tinha todo o direito de colocar questões, tal como ele próprio tinha todo o direito de ficar incomodado e que ao lhe serem suscitadas dúvidas, também tinha o direito de as esclarecer para depois esclarecer os senhores Vereadores.----------

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:
- Perguntou quando é que o senhor Presidente considerava que seria adequado ter levantado aquelas questões, se preferia que as tivesse levantado no final da reunião ou se preferia que as tivesse feito por requerimento como solicitou a um outro senhor Vereador. Referiu que tinha o direito de questionar e manifestar a sua opinião relativamente a irregularidades que cada um poderá ter como opinião e que uma das suas dúvidas tinha sido transmitida há mais de um mês e o senhor Presidente fez "orelhas de mercador". ----------
- Afirmou que se o senhor Presidente não quis saber se o procedimento estava caducado ou não foi um problema do senhor Presidente, que se não quis saber devia ter tido alguém na sua retaguarda, alguém que desse resposta a estas questões e que se não tinha devia ter ido procurar fora porque mais valia arrepiar caminho em determinado momento do que ir até ao fim e "estampar contra a parede". ----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:
- Manifestou o seu entendimento sobre as questões colocadas no início, mas que a forma como as questões foram colocadas lhe retiram as condições para, no seu entender, continuar a reunião e que se os senhores Vereadores entendiam de outra forma que se manifestassem. ----------
- Afirmou que, provavelmente, devia ter pedido o parecer antes e que o teria feito até porque na reunião da passada sexta-feira o senhor Vereador Jorge Gonçalves e uma outra pessoa reforçaram esta questão, mas que se tivesse percebido que aquilo vinha a acontecer nem teria convocado aquela reunião.

- Referiu que se vai partilhar a apresentação e sugeriu que se dê a reunião por terminada, solicitando que seja dada oportunidade para se fizesse a avaliação e pedisse o parecer para posteriormente assim que estiverem criadas as condições se marcar outra reunião. ----------

Senhor Vereador Rogério Cação:
- Declarou que a proposta do senhor Presidente merecia a sua concordância. ----------

Senhor Vereador Filipe Sales:
- Manifestou a sua surpresa para com as questões colocadas com aquele detalhe porque tinha presente que a questão da caducidade tinha sido colocada anteriormente pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves, mas que desconhecia que as reuniões deviam ser públicas, acrescentando que, na sua opinião, todas as reuniões de Câmara deveriam ser públicas. Perguntou o motivo da ausência do senhor professor Jorge Carvalho. ----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:
- Afirmou que dependeria do trabalho que pudesse ser desenvolvido, mas que o professor estaria presente sempre que entendessem. Esclareceu que se pretendia trabalhar as várias frentes do PDM para depois se colocarem mais questões ao professor. Referiu que sentiu, depois de tudo o que se tinha feito, que seria preciso fazer um ponto de situação, nomeadamente, quanto às plantas, em relação aos pareceres, a todo um conjunto de insuficiências que se foram detetando e do próprio regulamento. Declarou que, por esse motivo, se tinha programado fazer uma reunião mais técnica e, posteriormente, outra reunião com todos. Referiu que, a partir do momento que o processo e a situação foram colocados daquela forma, seria premente clarificar tudo, para depois de decidir em função do esclarecimento de todas aquelas questões. Admitiu que se perdia a oportunidade de se aprofundar, mas que terminar a reunião seria a hipótese mais viável naquele momento. ----------

Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga:
- Disse que considerava importante que fossem todos muito sensatos e que havendo uma situação em que alguém não se sentisse confortável em avançar com a reunião, como é o caso do senhor Presidente, teria todo o seu apoio e deveriam ser todos solidários para que a reunião terminasse por ali. ----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:
- Considerou que se terminaria então por ali a reunião e garantiu que, assim que houvesse alguma questão, seria depois colocada.----------

Senhora Vereadora Cristina Leitão:
- Referiu que só queria expor uma questão, muito concretamente, que ainda não tinha qualquer informação da RAN nem do parecer desfavorável da DRAP.----------

Técnica Superior, Alexandra Tormenta:
- Explicou que o processo que existia era da RAN bruta com a aferição do que estava incompatível e que o parecer da RAN era a dizer que a Câmara tinha de comprovar mais situações que não estavam devidamente fundamentadas. Informou que esse processo estava terminado e que se estava a fazer uma articulação com o que estava na proposta do PDM para aferir quais as fundamentações de desanexação da RAN que possam não ter compatibilidade com a proposta de ordenamento. Esclareceu que a RAN bruta está delimitada, que o processo foi feito de acordo com o que a entidade disse ter ou não fundamento e a delimitação foi a DRAP que fez com a colaboração dos técnicos municipais em relação à fundamentação, mas que o processo da RAN de uma nova proposta estava a ser compatibilizado relativamente ao que era a proposta de RAN bruta

com a proposta de ordenamento para resultar uma RAN como condicionante ao plano. Disse que se pode colocar na *cloud* a carta da RAN bruta, ainda que não seja um elemento constituinte do PDM, nem sequer é uma proposta, mas aquilo que a DRAP considera ser a área total da Reserva Agrícola Nacional. ----------

Senhora Vereadora Cristina Leitão:
- Deu conta que mesmo assim gostaria de ter a planta.----------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:
- Afirmou que se iria partilhar a planta com os senhores Vereadores e que o senhor Dr. Rui Vargas partilharia, também, a apresentação que não se realizou, dando, assim, por encerrada a reunião.--

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 1121/2020: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. ----------

ENCERRAMENTO:

Sendo dez horas e dez minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo.----------

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 02 de dezembro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.----------

O Presidente da Câmara Municipal,

(*assinado no original*)

_____

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(*assinado no original*)

_____